

# A geografia humana e a teoria regional crítica

Eudes Leopoldo  
USP

p. 529-538

revista



USP

espaço e tempo

Volume 22 • nº 3 (2018)

ISSN 2179-0892

## Como citar este artigo:

LEOPOLDO, E. A geografia humana e a teoria regional crítica. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 3, p. 529-538, dez. 2018. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/152908>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.152908>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

# A geografia humana e a teoria regional crítica

---

## Resumo

O ano de 1978 marcou uma guinada na Geografia brasileira, que se fundamenta a partir de então cada vez mais no materialismo dialético como concepção de mundo. O Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo tem sido um importante laboratório da Geografia Crítica, que chega ao seu ápice nesse emblemático ano. Nele, várias frentes são abertas, entre elas a de uma perspectiva crítica da Geografia Regional. Podemos localizar mais especificamente duas: uma mais vinculada aos processos de urbanização e industrialização e outra mais relacionada à geografia política, à geopolítica e às políticas regionais. À luz dessas contribuições seminais, apresentamos alguns ensaios de uma teoria regional crítica para a compreensão da produção do espaço no século XXI.

**Palavras-chave:** Região. Regionalização. Teoria regional crítica. Geografia crítica.

---

## The human geography and the critical regional theory

---

### Abstract

1978 marked the turn on the Brazilian Geography, since then it has been more and more influenced by the dialectical materialism as conception of the world. The Department of Geography from São Paulo University has been an important laboratory of Critical Geography, reaching its peak in this emblematic year of 2018. In the mentioned Department, several fronts are open and among them a critical perspective of Regional Geography. We can find more specifically two: one more linked to urbanization and industrialization processes and another more related to political geography, geopolitics and regional policies. In light of these relevant contributions, we present some essays on a critical regional theory for understanding the production of space in the twenty-first century.

**Keywords:** Region. Regionalization. Critical regional theory. Critical geography.

---

## Introdução

Fortaleza,<sup>1</sup> a metrópole sertaneja dos verdes mares, sediou o histórico III Encontro Nacional dos Geógrafos, em 1978, com a presença do prof. Milton Santos, que lançou na época a polêmica e combativa obra *Por uma geografia nova: da crítica da geografia à uma geografia crítica*. Ele e outros professores, alguns deles do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), mobilizaram a Geografia na direção de um pensamento crítico constituído a partir do método dialético. Esse foi o conhecido apogeu da produção do conhecimento geográfico que se inclina ao marxismo, ao materialismo dialético como concepção de mundo.

De algum modo, a constituição de uma Geografia Crítica no pensamento geográfico brasileiro já dava sinais de vida antes mesmo de 1978. Um dos lugares que tem sido uma espécie de laboratório da Geografia Crítica é o Departamento de Geografia da USP. No âmbito dos estudos urbanos e regionais, os trabalhos de Sandra Lencioni, Ana Fani Alessandri Carlos, Amélia Luisa Damiani e Odette Carvalho de Lima Seabra foram seminiais, lançando mão do materialismo dialético para a compreensão da cidade e do urbano no Brasil a partir de uma perspectiva marxista-lefebvriana. Essas expoentes do pensamento geográfico brasileiro constituem o que temos chamado de “escola de geografia urbana de São Paulo” (Leopoldo, 2016), aqui vista como um dos momentos da “Escola Uspiana de Geografia” (Trindade Júnior, 2016) e da “escola brasileira de geografia” (Silva, J., 2012). No Departamento de Geografia da USP, podemos citar inúmeros outros geógrafos urbanos que produziram ideias chaves para a interpretação da urbanização e metropolização brasileira, como os professores Milton Santos, Amália Inês Geraiges Lemos, Francisco Scarlato, Maria Adélia Aparecida de Souza, Maria Laura Silveira, entre outros, que trouxeram contribuições fundamentais à produção do conhecimento geográfico. Mas, aqui denominamos escola de geografia urbana de São Paulo aquela mais diretamente influenciada pelo pensamento de Karl Marx e Henri Lefebvre, destacando as expoentes Sandra Lencioni, Ana Fani Alessandri Carlos, Amélia Damiani e Odette Carvalho de Lima Seabra.

Recorda-se quando a professora Amélia Damiani falou em uma conferência em Fortaleza em 2010 que elas faziam parte de um projeto de Geografia, um projeto de Geografia Urbana. Diríamos que independentemente do que elas produzam, dos diferentes rumos e caminhos que elas tracem, esse projeto continua vivo e atual. Cada uma delas tem contribuído com o desenvolvimento de conceitos geográficos chaves a partir da problematização da produção do espaço. A professora Ana Fani Carlos (2001) desconstruiu o conceito de paisagem como algo plasmado no tempo, revelando a paisagem em movimento a partir de uma perspectiva crítica. A professo-

1 É bom lembrar que em 2008 organizamos com vários professores e estudantes a “Semana dos Geógrafos do Ceará: 30 anos de uma Geografia Renovada (1978-2008)” em Fortaleza, por isso, foi com grande satisfação que realizamos, 10 anos depois na Universidade de São Paulo, os “40 Anos da Geografia Crítica: sua atualidade na Geografia Humana da FFLCH-USP”, com as professoras Sandra Lencioni, Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz e Glória da Anunciação Alves, pensando a atualidade da perspectiva materialista e dialética da produção do espaço e costurando um balanço do que construímos durante essas quatro décadas em termos de Geografia Crítica. Destacase que o mencionado evento, realizado no dia 15 de outubro de 2018, se desdobrou em outros momentos de debates na Geografia brasileira, como o “Seminário 1978, Quarenta Anos Depois: a Geografia da Crítica”, que aconteceu na Universidade Federal do Amazonas, em Manaus, e o “Seminário Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica: as contribuições de Milton Santos”, ocorrido na Universidade Estadual do Ceará, em Fortaleza, todos no segundo semestre de 2018.

ra Amélia Luisa Damiani (2009) desenvolveu o conceito de território economizado, que vai se atualizando como território do capital. A professora Odette Seabra (2009) pensou o conceito de lugar, inclusive flertando corajosamente com a Geografia Cultural num movimento de redescoberta crítica da relação entre cotidiano e cultura. Por sua vez, a professora Sandra Lencioni (1999) travou um debate consistente sobre o conceito de região, que se constitui como um momento da totalidade, evidenciando um conteúdo da diferença no processo de regionalização.

Aqui vamos problematizar a constituição de um pensamento geográfico sobre a teoria regional numa perspectiva crítica, que emerge especialmente no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, no qual a professora Sandra Lencioni é uma das principais expoentes, desdobrando uma das frentes desse projeto de Geografia que acabamos de mencionar. A exposição aqui se constitui em dois momentos. No primeiro, discutimos a Geografia Regional no movimento da produção do conhecimento geográfico, destacando os trabalhos produzidos a partir de uma perspectiva crítica no Departamento de Geografia da USP, especialmente lançando mão das teses de doutorado de alguns professores de Geografia Humana que ganharam destaque no pensamento geográfico brasileiro. Reconhecem-se outros importantes trabalhos que também foram defendidos no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da USP, no entanto o enfoque é na produção dos docentes do Departamento de Geografia que deram continuidade a essa perspectiva crítica da Geografia Regional. No segundo momento, problematizamos a Geografia Regional a partir da teoria social crítica, utilizando-se das referências de Theodor Adorno, Max Horkheimer e Henri Lefebvre, mais detidamente considerando os livros explosivos “Dialética do Esclarecimento” e “A Produção do Espaço”, no sentido de colocar em relevo a região como um reino das diferenças, pensado e constituído pelas diferenças e como uma contradição entre mito e esclarecimento, representação e realidade.

### **A perspectiva crítica da região e das abordagens regionais**

No Departamento de Geografia da USP, os prolegômenos de uma Geografia Regional foram apresentados em um artigo publicado nos Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos de 1984 pelas professoras Ana Fani Alessandri Carlos e Sandra Lencioni (1984) a partir de um levantamento criterioso dos estudos regionais no Boletim Paulista de Geografia (BPG). Segundo as autoras, “o BPG veiculava as preocupações da Geografia que se fazia nesta Universidade”, sendo uma delas “o conhecimento do Brasil” (Carlos; Lencioni, 1984, p. 339). Portanto, fica claro que o BPG de algum modo evidenciava os principais temas, conceitos e processos trabalhados pela Geografia da USP. O BPG permitia assim uma aproximação a certo estado da arte dos trabalhos no domínio dos estudos regionais. Elas realizaram um retrospecto dos estudos regionais que vão historicamente englobando e fortalecendo outras temáticas, que ganham relevo na produção do conhecimento geográfico tanto na Geografia Física como na Geografia Humana.

Elas localizam um movimento do pensamento interno ao Departamento de Geografia da USP, que vai da região aparecendo como “delimitada pela natureza, pelas divisões administrativas e políticas, igualmente pelos produtos e tipos humanos” à região como “resultado de mecanismos que se imbricam dialeticamente na reprodução do capital e na luta de clas-

ses através de uma natureza mediatizada socialmente na configuração de uma especificidade particular” (Carlos; Lencioni, 1984, p. 343/350). À luz dessa transição, Ana Fani Carlos e Sandra Lencioni (1984, p. 349) afirmam categoricamente a necessidade de “inverter, portanto, a tradição geográfica situando como ponto de partida, não a região, mas o processo de reprodução ampliada do capital”. Nesse processo, a região se situa como mediação categorial do desenvolvimento desigual da reprodução ampliada do capital e não simplesmente como forma espacial per se. O argumento sinaliza que é na contradição forma-conteúdo que a região tem que ser pensada. Como abertura ao diálogo crítico, elas fazem um convite à realização de “um trabalho coletivo que repense a região, a questão regional, a regionalização” (Carlos; Lencioni, 1984, p. 350).

No interior desse movimento do pensamento, que redescobre a região como espaço particular das relações capitalistas de produção, especialmente no que tange à Geografia Humana, podemos localizar as contribuições do Departamento de Geografia da USP a esse trabalho coletivo em duas grandes frentes: uma mais vinculada aos processos de urbanização e industrialização, como nas teses de doutorado de Armando Corrêa da Silva e Sandra Lencioni, e outra mais relacionada à geografia política, a geopolítica e as políticas regionais, como nos trabalhos de Wanderley Messias da Costa, Rita de Cássia Ariza da Cruz e André Martin. Há outros importantes trabalhos que problematizaram criticamente a categoria região na área de Geografia Humana e que foram defendidos na USP. Entre eles, podemos citar o trabalho sobre a rede regional gaúcha e os processos de des-re-territorialização no Nordeste de Rogério Haesbaert (1995), a modernização agrícola e a urbanização na região de Ribeirão Preto de Denise Elias (1996) e o meio técnico-científico-informacional na formação socioespacial argentina e suas regiões de Maria Laura Silveira (1997).

Podemos citar também os trabalhos que são produtos de uma grande pesquisa coordenada pelo professor Pasquale Petrone na segunda metade do século passado, que investigou o cinturão metropolitano de São Paulo, que vai se atualizando historicamente como “cinturão dos aldeamentos”, “cinturão caipira”, “cinturão verde” e “cinturão da especulação imobiliária” (Santos, 1994). Vários de seus orientandos, em suas dissertações e teses, trabalharam nessa perspectiva que desenvolve implicitamente uma ideia de regionalização (cinturão), que ganha sua máxima expressão com o processo de metropolização e especulação imobiliária. Outros professores orientaram trabalhos nessa perspectiva, como Léa Goldenstein, dos quais podemos citar o de Regina Bega dos Santos (1994), que trata de Rochdale em Osasco e Alphaville em Barueri. De algum modo, está presente aí uma concepção de região e regionalização, na qual os vários momentos da região metropolitana se realizam em um processo de integração.

Apesar da existência de vários trabalhos importantes que de algum modo se vinculam direta ou indiretamente à uma perspectiva crítica da Geografia Regional, aqui ficaremos mais circunscritos à problematização dos trabalhos de Armando Corrêa da Silva, Sandra Lencioni, Wanderley Messias da Costa, Rita de Cássia Ariza da Cruz e André Martin, assim como assinalamos anteriormente. Problematizando a teoria da dependência, Armando Corrêa da Silva (1975) trabalha a formação de uma região periférica, que seria o Litoral Norte do estado de São Paulo, que vai sendo constituído não pela homogeneidade de suas relações sociais de produção, mas pela dispersão e descontinuidade. É interessante notar como Armando Corrêa

da Silva (1975) evidencia a relação intrínseca da região do Litoral Norte com as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, a Baixada Santista e o Vale do Paraíba, alcançando interações regionais para além do território paulista.

As atividades urbanas, portuárias e turísticas atualizam a região do Litoral Norte como espaço de reprodução do capital, ao mesmo tempo em que as atividades agrárias se redefinem e se modernizam. Armando Corrêa da Silva (1975) explica a transição do Litoral Norte, que passou de uma região isolada e marginal a uma região complementar à do Planalto, onde se situa um espaço de economia internacionalizada. O trabalho de Armando Corrêa da Silva (1975, p. 231) permite situar a constituição de uma grande integração regional, econômica e urbana, ao dizer que “seu limite de crescimento, nas condições atuais, é a formação de uma única unidade com a região central compreendida por aquele circuito industrial”.

Na tese sobre a “região da metrópole desconcentrada”, Sandra Lencioni (1991, p. 54) pensa essa grande integração regional, abrindo novos caminhos ao pensamento geográfico sobre a cidade e o urbano, desenvolvendo e aprofundando a ideia de que “a metrópole se desenvolve se adensando, verticalizando, estendendo e expandindo; por isso tendo pouco a ver com os limites administrativos, e muito com a constituição de um conteúdo que a define como espaço metropolitano”. Chegar à noção de espaço metropolitano foi um movimento intelectual audacioso em um momento em que a perspectiva teórica da produção do espaço urbano era o grande paradigma da geografia urbana crítica brasileira (Leopoldo, 2016).

Segundo Sandra Lencioni (1991), a mobilidade espacial do capital que redefine um eixo de dispersão dos estabelecimentos industriais têxteis para além de São Paulo, consolidando um raio de 150 km no entorno metropolitano, especialmente ao longo dos principais eixos rodoviários, presume uma desconcentração, ao mesmo tempo em que fortalece sua centralidade. Nesse compasso, os transportes e comunicações atuam na integração dos lugares, redefinindo a metrópole de São Paulo como sede do controle da dispersão. Assim, Sandra Lencioni (1991, p. 238) revela “um novo conteúdo do espaço metropolitano”, que tem a ver com a nova dialética da região na virada do século. A metrópole desconcentrada ganha a corporeidade de uma região de outra natureza, que não se reduz à região metropolitana paulistana, mas há um processo de produção do espaço metropolitano, cujo resultado é uma região em expansão, que é ao mesmo tempo redimensionada e diferenciada internamente de modo permanente. A crítica às políticas regionais, que reforçaram a concentração industrial, é um dos principais momentos da compreensão do desenvolvimento regional desigual. Sandra Lencioni (1991, p. 103) chega a dizer que o “crescente empobrecimento e industrialização fracassada, como instrumento das políticas de desenvolvimento regional, marcaram duramente a realidade fazendo dos projetos de desenvolvimento regional verdadeiras miragens”. A tradução das políticas regionais travestidas de políticas de desenvolvimento industrial e da produção de uma região com sede em São Paulo e construída a partir da centralização do capital e dispersão dos estabelecimentos industriais, constitui as bases da ideia de região como conceito dinâmico, em mediação com a totalidade das relações sociais de produção (Leopoldo, 2016). É interessante notar que as noções de descontinuidade e dispersão tratadas por Armando Corrêa da Silva (1975) operam sobremaneira no trabalho de Sandra Lencioni (1991) com uma nova qualidade e em outro nível de complexidade.

No outro eixo de desenvolvimento da Geografia Regional a partir da geografia política, geopolítica e políticas regionais, Wanderley Messias da Costa, Rita de Cássia Ariza da Cruz e André Martin apresentam trabalhos que se destacam. Wanderley Messias da Costa (1992) ao mobilizar os clássicos e as contradições das relações de poder, demonstra a vinculação entre a Geografia Política, a Geopolítica e a Geografia Regional. Todo tempo, a região constitui uma centralidade na compreensão das relações de poder entre as regiões do mundo e o movimento da política interna e externa dos Estados e dos blocos de Estado em escala global. Em Wanderley Messias da Costa (1992), as relações de poder e dominação se constituem na dinâmica de integração econômica e política de regiões e suas correlações de força no nível dos Estados e no nível mundial.

Por sua vez, André Martin (1993, p. 40) vai colocar diretamente em movimento as relações de poder a partir da questão regional, na medida em que “um poder que se especializa, que se manifesta e se identifica através de um espaço dá origem a uma ‘região’; inversamente um espaço que se potencializa, que começa a expressar um poder faz nascer uma ‘fronteira’”. Na articulação entre divisão territorial e divisão regional, André Martin (1993) consolida uma leitura das relações políticas e geopolíticas a partir dos conceitos de região e fronteira interna no processo de constituição do território brasileiro e sua fragmentação político-administrativa.

Enfocando a região Nordeste, Rita de Cássia Ariza da Cruz (1999) revela as políticas regionais de turismo no litoral como catalisadores de profundas metamorfoses. O chamado Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur), que se constituiu como uma das grandes políticas regionais desse setor econômico, emergiu na década de 1990 e se realizou a partir de um processo de urbanização dos territórios litorâneos. Descobre-se que a política regional de turismo se coloca como mais uma política setorial, que dialoga muito pouco com as outras políticas setoriais. Nesse movimento, o Estado contribui decisivamente para desdobrar novas contradições do espaço com a negação e o desmonte dos espaços das comunidades pesqueiras marítimas em nome do crescimento do turismo, que muitas vezes aparece como atividade econômica redentora do Nordeste. Essas perspectivas críticas da Geografia Regional esboçadas até aqui revelam a pertinência e a potência da categoria região na elucidação das contradições do processo de produção do espaço, da urbanização e industrialização, das relações entre espaço e poder e das políticas regionais, registrando as contribuições fundamentais do Departamento de Geografia da USP na redescoberta crítica da teoria regional.

### **Ensaio sobre uma teoria regional crítica**

De uma concepção tributária da racionalidade mitológica à racionalidade esclarecida, a região, nessa trajetória progressiva e regressiva, não desapareceu, justamente por conta de sua metamorfose como categoria reveladora das diferenças e contradições da sociabilidade capitalista contemporânea. As escolas e correntes críticas do pensamento geográfico contribuíram para desnaturalizar a região, iluminando assim os caminhos para espantar os fantasmas de sua racionalidade mitológica. Ora, a própria categoria espaço passou por uma metamorfose importante, tendo em vista que antes a sua perspectiva newtoniana e fisiocrata predominava amplamente, como bem explica Henri Lefebvre (1991[1974]), inclusive na Geografia. Pretender refutar a região a sua eterna negação, justificada pela sua ligação umbilical com os projetos coloniais de poder, é desse modo incoerente. Parece que determinadas ideias e conceitos não

merecem consideração, apesar do “deserto do real” reclamar sua atualização e sua contemporização. Atualmente é evidente a potência explicativa da categoria região no mundo contemporâneo, quando a fragmentação e as diferenças implicam na compreensão radical do presente e do horizonte possível-impossível. É por isso que até agora, no que pese o anúncio de sua morte, a região sempre esteve presente no pensamento geográfico mundial, especialmente naquele que escolheu o materialismo dialético como concepção de mundo.

Originalmente, no interior da realização da Geografia como ciência moderna, a região se constitui como expressão da relação crítica do meio com o homem, que já nos ensinava Paul Vidal de La Blache (1954[1921], p. 27) ao dizer, nas primeiras linhas de seu famoso tratado “Princípios de Geografia Humana”, que “a ideia de região é inseparável da ideia dos seus habitantes”. No entanto, mais na frente, ele advoga que “a fisionomia da vegetação é tanto a marca mais expressiva de uma região, como a sua ausência é um dos fatos que mais nos impressiona” (La Blache, 1954[1921], p. 30). A categoria região numa perspectiva crítica, atualizada no século XXI, supera essa concepção positivista. Se ela é até certo ponto, expressão de um dado bioma ou vegetação característica, ela só o é como metáfora, na medida em que a região é meio e condição de uma prática social particular, de uma dada coletividade conflitiva, que constitui um fragmento diferencial do espaço. É como mito, a região aparecendo como naturalização do social, totalização do determinismo do meio, que o conceito se estabelece como prática do saber e do poder, operando na subordinação de países e continentes às nações imperialistas. É bom lembrar a crítica de Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985[1944], p. 85) a Nietzsche, quando trata da obra *Juliette*, do Marquês de Sade, ao dizer que o professor alemão não consegue se livrar, “em meio a todo crepúsculo dos ídolos, do costume idealista de querer enforcar o pequeno ladrão e transformar os assaltos imperialistas em missões histórico-universais”. O conceito de região também forneceu guarita a esse propósito de envernizar a acumulação primitiva do capital e a dominação e a exploração profunda de territórios, que apareceu como obra faraônica e necessária de povos de notório saber, servindo à autoconservação das relações de poder.

No acirramento do processo de industrialização, urbanização e metropolização, a região passa a operar não mais em nome de um projeto colonial *stricto sensu*, mas como invólucro de polos de crescimento, situando uma visão formalista e pragmática das ações do Estado, que endossa a reprodução ampliada do capital, até chegar a um novo momento em que ela mesma, a região, se converte em palavra e coisa do capital. Desse modo, a região se atualiza como mito de um projeto neocolonial e neoliberal, que opera na fetichização das diferenças, que são singularizadas e, simultaneamente, tornadas equivalentes, mercadorias, na medida em que passam a ser vendidas e compradas como qualquer outro produto, sendo o turismo uma das atividades econômicas mais ilustrativas desse processo. Mas, ao mesmo tempo, a região passa a ser o lugar da diferença, produto e condição das relações diferenciais, que são subsumidas pelo mercado, embora não sejam completamente incorporadas ao mundo das mercadorias. A região é um espaço particular, uma dada relação sociedade-espço em um dado momento do tempo, em permanente metamorfose para continuar sendo o que é e, concomitantemente, de deixar de ser o que era. Portanto, inexoravelmente, a região está sempre em transe, reproduzindo-se como diferença crítica, uma unidade espacial inacabada e móvel no movimento da totalidade em processo.

A diferença é a essência do conceito de região, em última análise é sua razão de ser. A região se realiza como “espacialidade diferencial”, para tomar emprestado aqui uma expressão de Yves Lacoste (1988[1985]). No movimento progressivo e regressivo do pensamento, Henri Lefebvre redescobre a diferença, e seu *magnum opus*, *A produção do espaço*, se constitui de fato como um manifesto ao direito à diferença. O espaço abstrato, que é para Henri Lefebvre (1991[1974]) o espaço por excelência do capital e do mundo das mercadorias, se realiza e se justifica por suas dimensões geométricas, visuais e fáticas, movendo-se pela e para a lógica formal, destituindo e represando as diferenças. O espaço abstrato carrega a negatividade do que o precedeu (o espaço absoluto) e a negatividade do que nele nasce e pode superá-lo (o espaço diferencial) (Lefebvre, 1991[1974]). Segundo Henri Lefebvre 1991[1974], p. 52), “o espaço diferencial restaurará a unidade do que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e os momentos da prática social”. A região como espacialidade diferencial, constituída como um universo de diferenças, abriga esse sentido utópico de emergência do espaço diferencial, ao mesmo tempo em que reafirma o espaço abstrato, negatividade espacial necessária para sua realização como momento da totalidade da reprodução ampliada do capital.

A perspectiva aqui é proceder num exercício daquilo que Henri Lefebvre (1991[1974]) chamou de “telescopagem”, pensando a transição de um para o outro, a substituição de um pelo outro, também de modo recíproco, num movimento que vai da região (espacialidade diferencial) ao espaço diferencial, do espaço diferencial à região (espacialidade diferencial), sem reduzir um ao outro. O que importa é situar a região como conceito que esteve historicamente entregue à lógica formal, aos esquadros dos planejadores que pensam o espaço em nome da acumulação, e ao mesmo tempo como conceito da diferença, que aponta para o possível-impossível, pois reúne o não homogêneo, os signos e dispositivos da resistência.

No entanto, o diferencial também se situa na dobra com o repetitivo. Com e no movimento da mimésis, se prolonga toda sorte de diferenças induzidas e diferenças produzidas. No sentido dado por Henri Lefebvre (1991[1974]), as diferenças induzidas são produtos das representações do espaço (espaços concebidos) e as diferenças produzidas são obras dos espaços de representação (espaços vividos). Revelar a contradição entre o repetitivo e o diferencial no conceito de região a partir de uma perspectiva crítica e esclarecida pode permitir acessar as diferenças induzidas e as diferenças produzidas, problematizando o homogêneo, o fragmentado e o hierárquico no processo de produção do espaço e da região como espacialidade diferencial.

É nessa chave de pensar a região como diferença na totalidade, na dialética entre mito e esclarecimento, representação e realidade, que talvez a teoria regional numa perspectiva crítica possa desdobrar uma nova compreensão da problemática espacial, que de algum modo está presente nos trabalhos aqui mencionados do Departamento de Geografia da USP. A constituição de uma teoria regional crítica no movimento do pensamento geográfico e da problematização da produção do espaço é o horizonte e a estratégia teórico-prática, no sentido de desobstruir a passagem para a realização do humano, para uma revolução radical e total do mundo.

## Considerações finais

A teoria regional crítica se afirma como uma chave fundamental para a compreensão radical das diferenças e das fragmentações num mundo onde os processos de homogeneização e hierarquização são hegemônicos. Em última análise, a categoria região tem a potência de revelar as contradições das simultaneidades espaciais particulares, que se constituem na relação entre homogeneização, hierarquização e fragmentação.

A Geografia Regional construída a partir de uma perspectiva crítica no Departamento de Geografia da FFLCH-USP ilumina essa premissa, restaurando e redescobrimdo o lugar da diferença e da descontinuidade no pensamento geográfico brasileiro. Pela teoria regional crítica, estamos convencidos de que se abre uma frente importante de renovação da Geografia e das ciências sociais e humanas em geral.

## Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985[1944].
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, A. F.; LENCIONI, S. O “regional” no *Boletim Paulista de Geografia*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 1984, São Paulo. **Anais...** São Paulo: AGB, 1984.
- COSTA, W. M.. **Geografia política e geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CRUZ, R. C. A. **Políticas de turismo e reordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- DAMIANI, A. L. Urbanização crítica e produção do espaço. **Cidades**, v. 6, n. 10, p. 307-339, 2009.
- ELIAS, D. **Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto-SP**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- HAESBAERT, R. **“Gaúchos” no Nordeste**: modernidade, des-territorialização e identidade. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- LA BLACHE, P. V. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmos, 1954[1921].
- LACOSTE, Y. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas, SP: Papirus, 1988[1985].
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. New York: Blackwell, 1991[1974].

- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- LENCIONI, S. **Reestruturação urbano-industrial**: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo – a indústria têxtil. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- LEOPOLDO, E. A produção do pensamento sobre a metrópole e o metropolitano pela escola de geografia urbana de São Paulo: o lugar de Sandra Lencioni. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 498-517, 2016.
- MARTIN, A. R. **As fronteiras internas e a questão regional no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- SANTOS, R. C. B. **Rochdale e Alphaville**: formas diferenciadas de apropriação e ocupação da terra na metrópole paulistana. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- SEABRA, O. C. L. Metropolização: a reprodução do urbano na crise da sociedade do trabalho. **Cidades**, v. 6, n. 10, 2009.
- SILVA, A. C. **O Litoral Norte do estado de São Paulo**: formação de uma região periférica. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.
- SILVA, J. B. **França e escola brasileira de geografia**: verso e reverso. Fortaleza: Ed. UFC, 2012.
- SILVEIRA, M. L. **Um país, uma região**: fim de século e modernidade na Argentina. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. “A tua mais completa tradução”: uma escola, uma região e uma interlocutora. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 462-480, 2016.